



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS – UR.3

Av. Dr. Carlos Grimaldi, 880 – Jd. Conceição

CEP 13091-000 – Campinas – SP

Tel.: 19 3706-1700

E-mail: ur03@tce.sp.gov.br

Processos de 2019	02
Processos de 2018	533 / 19
Processos de 2017	230

Campinas, 27 de agosto de 2019.

Ofício n.º 368/2019 – UR.3
(Ref. TC-6657.989.16-6)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o processo referente ao **TC-6657.989.16-6**, em formato digital (cópia em CD), contendo todos os eventos e respectivos arquivos relacionados à sua movimentação processual; bem como o julgamento proferido pela Colenda 1ª Câmara deste Tribunal, conforme artigo 33, inciso XIII da Constituição do Estado, sessão de 19 de março de 2019, relativos às contas do exercício de 2017, apresentadas pela Prefeitura desse Município.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

OSCAR MAXIMIANO DA SILVA
Diretor Técnico de Divisão
Unidade Regional de Campinas

A Sua Excelência o Senhor
VALDECIR ALVES PEREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia
HORTOLÂNDIA-SP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Assinatura: 03
Processo nº: 533/19
Data: 23/03

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE 19/03/2019

ITEM Nº 055

TC-006657/989/16

Prefeitura Municipal: Hortolândia.

Exercício: 2017.

Prefeito(s): Angelo Augusto Perugini.

Advogado(s): Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Viviana Regina Coltro Demartini (OAB/SP nº 114.769), Thatyana Aparecida Fantini (OAB/SP nº 183.763), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845), Paulo Cesar Mazieri (OAB/SP nº 106.532), Gisele Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545), Maria Isabel de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 130.609), José Humberto Zanotti (OAB/SP nº 69.199), Luiz Antonio de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 147.770), Fabio Biazzi (OAB/SP nº 135.651), André Santana Navarro (OAB/SP nº 300.043), Paulo Geovanio Lima Freitas (OAB/SP nº 377.084), Fabiana Vilhena Moraes Saldanha (OAB/SP nº 147.247), Ricardo Chaves Palombini (OAB/SP nº 255.029), Ana Carolina de Oliveira Lage (OAB/SP nº 309.989), Regia Cristina Martins Duarte (OAB/SP nº 358.461) e outros.

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-3 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-3 – DSF-II.

Aplicação total no ensino	25,93% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	74,36% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100% (95,35% no exercício e parcela diferida no 1º trimestre seguinte)
Investimento total na saúde	29,87% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Gastos com pessoal	49,30%
Encargos sociais	Adesão ao Refis Especial (INSS e RPPS) – Relevado
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios	Em ordem
Resultado da execução orçamentária	Superávit de 1,07% - R\$ 6.913.664,44
Resultado financeiro	Positivo em R\$ 53.913.111,25

	2016	2017	Resultado
i-EGM	B	B	
i-Educ	B+	C+	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	B+	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	C	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B+	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	B	B+	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	B+	A	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	B	B	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Porte Grande
Região Administrativa de Campinas
Quantidade de habitantes: 222.186

Em exame, contas anuais do exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de **HORTOLÂNDIA**, cuja fiscalização *in loco* esteve a cargo da Unidade Regional de Campinas – UR-3.

Preliminarmente, verifico que as contas dessa Municipalidade foram objeto de Acompanhamento Quadrimestral, com base no artigo 1º, § 1º da Resolução nº 01/2012, cujas ocorrências de fiscalização foram anotadas nos relatórios do 1º Quadrimestre (evento 46.1) e do 2º Quadrimestre (evento 79.1), objetivando oportunizar à Administração, de modo preventivo, a correção dos rumos das ações que se apresentassem com tendências ao descumprimento dos objetivos estabelecidos, dentro do próprio período.

Anteriormente à inspeção ordinária, também foram realizadas fiscalizações ordenadas, de natureza operacional, destinada a verificar o funcionamento de UPAs e UBSs (evento 11), a gestão do Almoxarifado da Saúde (evento 32), o programa de Merenda Escolar (evento 50), o andamento de obras públicas (evento 63), e os serviços de Transporte de Alunos (evento 99).

No relatório constante do evento 133.1, as impressões e os pontos destacados na conclusão dos trabalhos se referem aos seguintes itens:

Item A.2 – IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

- Não há relatórios com avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município, em inobservância à meta 16.7 e 17.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 25.2 do IEGM);
- Não foi criada e estruturada a Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Hortolândia (fonte: questão nº 33 do IEGM);
- As atas de audiências públicas não são divulgadas na Internet, o que recomenda o art. 6º da Lei Federal nº 12.527/11, em inobservância às metas 16.6 e 16.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 18.1.1 do IEGM);
- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate (referência: questão nº 18.5);
- Não há margem ou projetos destinados para programas originários da participação popular, em inobservância à meta 16.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 17);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



04
533 19
232

- A média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa, comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades teve menos de 60% de coerência, sinal de dificuldade na compatibilização das peças orçamentárias segundo a LRF, art. 5º, em inobservância à meta 17.13 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº P1);
- O confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados a partir de dados da LOA, demonstram que menos de 60% das metas possuem compatibilidade entre o resultado físico e os recursos utilizados, em inobservância à meta 17.13 dos ODS's da ONU (fonte: questão nº P2);
- As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados, em inobservância às metas 16.6 e 16.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 27).

Item B.1.9.1 – CARGOS EM COMISSÃO.

- Existência de cargos em comissão que não se configuram como de direção, chefia ou assessoramento, em afronta ao art. 37, inc. II e V, da CF.

Item B.2 – IEG-M – I-FISCAL – Índice B

- Na cobrança de IPTU não são adotadas alíquotas progressivas em relação ao valor do imóvel como permite o art. 156 da CF, em contrariedade à meta 17.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 7 do IEGM);
- A lei orçamentária ou código tributário municipal não preveem a revisão periódica obrigatória da planta genérica de valores (PGV), em contrariedade à meta 17.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 5.1 do IEGM).

Item B.3.4 – DISPONIBILIDADES DE CAIXA

- Existência de disponibilidades de caixa depositadas em bancos não oficiais, em afronta ao art. 164, § 3º, da Constituição Federal.

Item B.3.5 – DECRETO DE CALAMIDADE FINANCEIRA

- Decretação de estado de emergência financeira e administrativa para a busca de "formas alternativas de extinção de créditos de terceiros" e "suspensão de pagamentos, incluso contratos, de valor superior a R\$ 100.000,00", em afronta ao art. 65 da LRF e ao art. 5º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Item B.3.6 – ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

- Quebra da OCP, em razão do atraso de aproximadamente 08 meses para o pagamento de 02 notas fiscais emitidas pela SPX Diagnósticos por Imagem Ltda., em afronta ao art. 5º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Item C.2 – IEG-M – I-EDUC – Índice C+

- Menos de 25% dos alunos de pré-escola e dos alunos dos anos iniciais concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2017, em contrariedade à meta nº 06 do PNE. (fonte: questão nº 41 do IEGM);
- Houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche. Segundo o art. 11, inc. V da LDB, é permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades da área de competência do município e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (fonte: questão nº 2.3 do IEGM);
- O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010 (fonte: questão nº 27 do IEGM);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Não existem ações de aproximação da escola com as famílias e incorporação da comunidade à escola, o que dificulta o atingimento da meta nº 19 do PNE (fonte: questão nº 35 do IEGM);
- Menos de 50% dos estabelecimentos de ensino de pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2017, inobservando a meta nº 06 do PNE (fonte: questão nº 40 do IEGM);
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente em 2017, em contrariedade ao Decreto nº 56.819/11, à Lei nº 6.437/77 e à meta 4.a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 25 do IEGM);
- Nem todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em contrariedade ao art. 62 da Lei Nº 9.394/96, à Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei nº 9.394, art. 62) e à meta nº 15 do Plano Nacional de Educação (fonte: questão nº 19 do IEGM);
- O piso salarial mensal dos professores de creche do município é inferior ao piso salarial nacional de R\$ 2.298,80, em contrariedade à meta 18 do PNE e à meta 10.4 dos ODS's da ONU. Piso salarial mensal dos professores de creche do município: R\$ 2.093,88 (fonte: questão nº 13 do IEGM);
- O plano de cargos e salários não estimula a boa qualidade e a assiduidade dos professores, com avaliação de desempenho e mecanismo de premiação para os melhores resultados (implantação de um regime meritocrático), em contrariedade ao art. 206 da CF, à lei nº 9.394/96, à lei nº 11.494/07, à meta 18 do PNE e à meta 10.4 dos ODS's da ONU (fonte: questão nº 53.1 do IEGM);
- Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal no ano de 2017 após 60 dias do início do ano letivo (fonte: questão nº 51.1 do IEGM);
- A entrega do kit escolar à rede municipal no ano de 2017 foi realizada após 15 dias do início das aulas, assunto abordado no artigo 208 da CF e na Lei nº 9.394/96 (fonte: questão nº 55.1 do IEGM);
- Não existe um estudo anual do traçado bem como do tempo de viagem de cada uma das rotas do transporte escolar, infringindo o artigo 5º da Resolução/CD/FNDE Nº 45, do ano de 2013 (fonte: questão nº 15 do IEGM).

Item C.3 – INSUFICIÊNCIA DE VAGAS NAS CRECHES MUNICIPAIS

- Existência de mais de 2.000 crianças sem vagas nas creches municipais, fazendo com que o Município de Hortolândia formalize contratos com escolas particulares para o oferecimento de bolsas, a um custo anual de R\$ 9.260.265,18. A Origem não especificou quais são as providências concretamente adotadas para suprir aludida necessidade, bem como não fixou nenhum prazo para a resolução ou mitigação do problema relatado.

Item C.4 – INEXISTÊNCIA DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

- Diante da inexistência do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, restou inobservado o disposto no artigo 6º da Lei Federal nº 11.738/08.

Item C.5 – FISCALIZAÇÕES ORDENADAS – ÁREA DO ENSINO

Fiscalização Ordenada nº 05, de 15 de agosto de 2017. Merenda Escolar. EMEF Ana José Bodini Januário.

- A nutricionista responsável não elaborou as "Fichas Técnicas de Preparo";
- Não foi elaborado pela nutricionista responsável o "Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e Controle de Unidades de Alimentação e Nutrição";
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros fora do prazo de validade;
- Não há termômetro para aferição da adequação da temperatura aos parâmetros recomendados pelos fabricantes ou constantes do art. 34 da Portaria CVS n. 5/13;
- Não há controle físico dos itens estocados da merenda;
- Danos significativos nos pés do fogão, decorrente de ferrugem;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Danos nas geladeiras (ferrugem na base de uma e apoio quebrado na base da outra);
- Defeito na borracha de vedação no freezer.

Fiscalização Ordenada nº 06, de 28 de setembro de 2017. Obras Públicas.

- Construção da Creche Pró-Infância, no Jardim Novo Ângulo.
- No dia da visita in loco, a obra encontrava-se paralisada;
- A paralisação não estava devidamente justificada, pois a origem entende que a obra não está paralisada, mas sim que houve uma diminuição no ritmo de sua execução. Segundo a Municipalidade, o problema se refere à demora nos repasses dos recursos do FNDE. Por este motivo, concluiu, houve a diminuição no ritmo de execução da obra;
- Não houve aplicação de sanções, pela Administração, por inexecução parcial ou total da obra e, tampouco, rescisão do contrato, pois a origem entende que não houve paralisação da obra, mas sim diminuição no ritmo de sua execução em razão de atraso no repasse financeiro do FNDE;
- Os pagamentos não estão de acordo com as medições devidamente atestadas. Foram feitas e atestadas 09 medições, no valor acumulado de R\$ 779.415,13 (36,34% do total). Contudo, até o presente momento, foram pagos R\$ 443.590,84 (até a 7ª medição, com pagamento parcial desta última). Segundo a Prefeitura, o valor pendente refere-se à verba do FNDE não repassada até o momento.

Fiscalização Ordenada nº 09, de 23 de novembro de 2017. Transporte Escolar. EMEF Professora Marleciene Priscila Presta Bonfim.

- Pneus em más condições no micro-ônibus da frota própria do município (placa EEF7815);
- Os veículos da frota própria municipal não foram submetidos à inspeção semestral junto à CIRETRAN;
- Dois condutores não possuíam curso especial de transporte escolar.

Item D.2 – IEG-M – I-SAÚDE – Índice B+

- O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município, inobservando o indicador 17 da Resolução CIT nº 08/2016 (fonte: questão nº 20 do IEGM);
- O número de equipes de Saúde Bucal não cobre 100% da população do município, inobservando o indicador 19 da Resolução CIT nº 08/2016 (fonte: questão nº 53 do IEGM);
- Nem todas as unidades de saúde possuem gestão de estoque informatizada dos materiais/insumos e medicamentos, em contrariedade à meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 6.1 do IEGM);
- O município teve casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade. Este é o indicador 8 da Resolução CIT nº 08/16. Quantidade informada: 4 casos novos em 2017 (fonte: questão nº 49 do IEGM);
- Foram diagnosticados casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano de 2017. Assunto inserido na meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Total de casos novos de tuberculose no município: 51 (fonte: questão nº 15.1.2 do IEGM);
- Foram diagnosticados casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano de 2017. Assunto inserido na meta 3.3 dos ODS's da ONU. Total de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera no município: 29 (fonte: questão nº 15.1.2 do IEGM);
- Nem todas as unidades de saúde possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77. Assunto inserido na meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 4 do IEGM);
- Nem todas as unidades de saúde possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei nº 6.437/77. Assunto inserido na meta 11.7 dos ODS's da ONU (fonte: questão nº 5 do IEGM);
- Os médicos da UBS não possuem sistema de controle de ponto eletrônico ou mecânico (fonte: questão nº 17 do IEGM);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- As coberturas das Vacinas Pentavalente (3ª dose), cobertura da Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose), da Vacina Poliomielite (3ª dose) e da Vacina Tríplice Viral (1ª dose) foram inferiores a 100%, que compõe o indicador 04 da Resolução CIT nº 08/2016. Este assunto também está inserido na meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (fonte: questão nº 25 do IEGM);
- Não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas, conforme indicador 22 da Resolução CIT nº 08/2016. Assunto inserido na meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (referência: questão nº 33);
- Houve casos de dengue diagnosticados no município em 2017. Quantidade de casos: 135 (referência: questão nº 33);
- O município não identifica nem mantém registro atualizado dos pacientes de Obesidade, de Asma e de DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (referência: questão nº 11);
- O município não disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBS's de forma não presencial (referência: questão nº 18);
- Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade (referência: questão nº 56);
- Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico). (referência: questão nº 52).

Item D.3 – GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

- Contratação emergencial de Organização Social – descumprimento do art. 24, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e irregularidades das despesas realizadas.

Item D.4 – FISCALIZAÇÕES ORDENADAS – ÁREA DA SAÚDE

Fiscalização Ordenada nº 01, de 30 de março de 2017. Hospitais Municipais, UPA's e UBS's. UPA Jardim Amanda.

- Tempo de atendimento na recepção um pouco longo;
- Fragilidade no controle de ponto dos médicos e demais funcionários.

Fiscalização Ordenada nº 04, de 29 de junho de 2017. Almojarifado. Almojarifado da Saúde.

- Não foi apresentado, no momento da visita in loco, o controle dos itens zerados.

Item E.1 – IEG-M – I-AMB – Índice B+

- Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez. Este assunto é abordado na Lei nº 9433/97 e na meta 6.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (referência: questão nº 19);
- Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana (referência: questão nº 23);
- Nem todos os domicílios existentes no município foram atendidos pela coleta seletiva. Assunto relacionado à meta 12.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (referência: questão nº 2.2);
- Nem todos os órgãos e entidades da prefeitura são estimulados em projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais, assunto abordado nas leis nº 9.433/97 e 12.305/10 e nas metas 12.5 e 12.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (referência: questão nº 6).

Item G.1.1 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- O Município de Hortolândia não possui legislação própria que trata do acesso à informação, em afronta ao art. 45 da Lei Federal nº 12.527/11.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



06
533/19
R32

Item G.3 – IEG-M – I-GOV TI – Índice B

- A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI, em desacordo com a CF, Art.39 §2 (referência: questão nº 5 do IEGM);
- A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro (referência: questão nº 1 do IEGM);
- Não há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas), como permite a Lei nº 10.520/02 (referência: questão nº 16 do IEGM);
- O município não possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação, conforme Lei nº 12.527/11, artigo 45. Assunto abordado na meta 16.6 e 16.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (referência: questão nº 19 do IEGM).

Item H.2 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- Descumprimento de recomendação exarada na apreciação das contas do exercício de 2015 (TC-2700/026/15), visto que persistiram as irregularidades quanto ao provimento de cargos em comissão em inobservância ao art. 37, inc. II e V, da Constituição Federal.

Nos termos dos quadros formulados pela fiscalização, o Executivo cumpriu a aplicação mínima constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino geral (MDE), indicando investimentos que corresponderam a 25,93% da receita de arrecadação e transferência de impostos durante o período.

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,93%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	23,88%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	23,36%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	95,35%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	95,35%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	94,95%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,36%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,36%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	73,96%

A fiscalização também identificou que foram realizados investimentos correspondentes à totalidade das verbas do FUNDEB dentro do período legal. Da mesma forma, 74,36% do montante foi aplicado em ações de valorização dos profissionais do magistério, com atendimento do art. 60, XII do ADCT da CF/88.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Conforme registro da fiscalização, a localidade obteve índice **C+** para o *i-Educ*, componente do IEGM que analisa a efetividade alocativa dos recursos destinados à educação, apurando-se, dentre outros aspectos, o oferecimento insuficiente de vagas em período integral, a existência de salas de aula superlotadas, a ausência de AVCB nas unidades escolares, o desrespeito ao Piso Nacional de Remuneração dos professores do ensino infantil, o déficit de vagas em creches e a inexistência de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

Os investimentos na saúde superaram o mínimo constitucional, alcançando 29,87% do valor da receita e transferências de impostos.

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPEZA EMPENHADA (mínimo 15%)	29,87%
DESPEZA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	29,32%
DESPEZA PAGA (mínimo 15%)	29,11%

A gestão desse setor obteve nota **B+** no *i-Saúde*, constatando-se, por outro lado, insuficiência no número de equipes de Saúde da Família, falta de AVCB e alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ausência de controle de ponto dos médicos, deficiências no programa de combate à dengue e na disponibilização de ferramentas tecnológicas para marcação de consultas.

O quadro elaborado pela inspeção indica que o exercício foi encerrado com **superávit** da execução orçamentária, em montante de R\$ 6.913.664,44, equivalente a 1,07% das receitas realizadas, o que favoreceu o crescimento do resultado financeiro positivo vindo do ano anterior (2016 = R\$ 43.511.802,76).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	648.276.962,55	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	617.465.353,51	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	26.301.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	2.403.055,40	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	
(+) (-) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	0,00	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.913.664,44	1,07%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



04
533/19
R22

O resultado financeiro ao final do exercício foi positivo, em R\$ 53,9 milhões, denotando a existência de disponibilidade financeira para o pagamento das dívidas de curto prazo. No mesmo horizonte, houve superávit do resultado econômico, de R\$ 64,4 milhões, e aumento patrimonial de 5,69%.

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	53.913.111,25	43.511.802,76	23,90%
Econômico	64.440.063,61	469.500.123,23	86,27%
Patrimonial	1.067.487.374,58	1.010.051.974,51	5,69%

A Dívida de Longo Prazo, por seu turno, foi reduzida em 2,36%, correspondendo a R\$ 131,7 milhões, e se situou abaixo do limite definido pela Resolução Senatorial (120% da RCL).

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	97.768.780,81	99.127.961,72	-1,37%
Precatórios	15.492.837,06	14.876.025,12	4,15%
Parcelamento de Dívidas:	7.359.769,15	5.169.262,19	42,38%
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais:	7.359.769,15	5.169.262,19	42,38%
Previdenciárias	7.359.769,15	5.169.262,19	42,38%
Demais contribuições sociais	-	-	-
Do FGTS	-	-	-
Outras Dívidas	11.092.311,77	15.722.628,78	-29,45%
Dívida Consolidada	131.713.698,79	134.895.877,81	-2,36%
Ajustes da Fiscalização	-	-	-
Dívida Consolidada Ajustada	131.713.698,79	134.895.877,81	-2,36%

Conforme informado, a Prefeitura adota o Regime Especial para quitação dos Precatórios Judiciais, registrando-se a suficiência dos pagamentos e a adimplência dos Requisitórios de Baixa Monta incidentes no exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS (MENSAL e ANUAL)	
Saldo de Precatórios devidos e não pagos até 31/12/2016 no BP (passivo)	14.876.025,12
Ajustes efetuados pela Fiscalização	-
Saldo das Contas do TJ para receber os depósitos em 31/12/2016 no BP (ativo)	-
Ajustes efetuados pela Fiscalização	-
Saldo apurado em 31/12/2016	14.876.025,12
Mapa de Precatórios recebido em 2016 para pagamento em 2017	6.808.068,26
Ajustes efetuados pela Fiscalização	-
Depósitos efetuados em 2017 (opção anual ou mensal)	6.191.256,32
Ajustes efetuados pela Fiscalização	-
Pagamentos efetuados pelo TJ em 2017	6.191.256,32
Ajustes efetuados pela Fiscalização	-
Saldo Financeiro de Precatórios em aberto em 31/12/2017	15.492.837,06
Saldo das Contas do TJ para receber os depósitos em 31/12/2017	-
Saldo apurado em 31/12/2017	15.492.837,06

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Saldo de requisitórios no final do exercício de 2016	-
Requisitórios de baixa monta incidentes em 2017	248.424,42
Pagamentos efetuados no exercício de 2017	248.424,42
Houve pagamento integral no exercício em exame	-

Registrou-se, além disso, que na atual marcha o Município quitará suas obrigações judiciais até o exercício de 2024, conforme dicção da Emenda Constitucional nº 99/2017.

A inspeção atestou o recolhimento formal dos encargos sociais no exercício – RGPS, FGTS, PASEP e RGPS – inclusive nos que tange às obrigações em regime de parcelamento.

Além disso, informou a celebração de três Acordos de Parcelamento perante o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia, mediante adesão aos termos da Portaria nº 333/2017, para equacionamento de diferenças de alíquota de contribuição patronal, e a existência de um parcelamento anterior, totalizando R\$ 7.027.674,18, cujas parcelas foram regularmente adimplidas.

Ainda sobre o tema de Encargos, constatou-se que a Prefeitura aderiu ao Regime de Parcelamento Especial inaugurado pela Medida Provisória nº 783/2017 para a liquidação de débitos de anos anteriores, os



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



quais ainda se encontravam em consolidação pela Receita Federal e foram quitados mediante retenções antecipadas junto ao FPM até a apuração final dos valores devidos.

Certificou a fiscalização que a transferência de recursos financeiros à Câmara obedeceu ao limite imposto pelo art. 29-A da Constituição Federal.

Constatou-se observância aos limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive no que tange às Despesas de Pessoal, as quais se fixaram em 49,30% da Receita Corrente Líquida no 3º Quadrimestre, respeitando o limite estabelecido na alínea *b* do inciso III do art. 20 daquele diploma legal.

Observada a regularidade dos pagamentos de Subsídios aos Agentes Políticos, os quais não foram objeto de Revisão Geral Anual no período.

No que tange ao Quadro de Pessoal, a tabela abaixo demonstra a composição dos cargos efetivos e comissionados:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Efetivos	8.832	5687	4520	4395	4312	1292
Em comissão	931	914	334	696	597	218
Total	9763	6601	4854	5091	4909	1510
Temporários	2016		2017		Em 31.12 de 2017	
Nº de contratados						

Segundo apurado, a Prefeitura realizou 294 nomeações para sete diferentes cargos comissionados que não possuíam as características de direção, chefia ou assessoramento exigidas pelo inciso V do art. 37 da CF/88, os quais correspondiam a atividades rotineiras e burocráticas da Administração e exigiam apenas a escolaridade de ensino fundamental ou médio para seu provimento, contrariando recomendações pretéritas desta Casa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Subsidiaram a análise dos demonstrativos os seguintes expedientes:

Protocolo	Interessado e Assunto
TC-18689.989.17-6	Secretaria do Tesouro Nacional – Ofício SEI nº 1361/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, comunicando a regularização de operação equiparada a crédito relativa ao Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Parcelamento do Município de Hortolândia com Viação Lira Ltda. (arquivado)
TC-18693.989.17-0	Secretaria do Tesouro Nacional – Ofício SEI nº 1350/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, comunicando a regularização de operação equiparada a crédito relativa ao Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Parcelamento do Município de Hortolândia com Luxor Engenharia, Construção e Pavimentação Ltda.(arquivado)
TC-1251.989.18-2	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – Encaminha cópia de denúncia anônima sobre supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB, durante o exercício de 2017.(arquivado)
TC-1431.989.18-5	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – Ofício nº 902/2018/Regional/SP-CGU, comunicando a conclusão dos trabalhos de fiscalização no Município de Hortolândia, no âmbito do 4º Ciclo do Programa de Fiscalização em entes Federativos.(arquivado)
TC-7974.989.18-8	Secretaria do Tesouro Nacional – Ofício SEI nº 390/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, comunicando a regularização de operação equiparada a crédito relativa ao Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Parcelamento do Município de Hortolândia com o Plano Hospital Samaritano Ltda.(arquivado)
TC-7978.989.18-4	Secretaria do Tesouro Nacional – Ofício SEI nº 394/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, comunicando a regularização de operação equiparada a crédito relativa ao Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Parcelamento do Município de Hortolândia com Vivo Sabor Alimentação Ltda.(arquivado)
TC-20036/026/17	SPX Serviços de Imagem Ltda. – Comunica possíveis irregularidades relativas à inadimplência do Município em face dos serviços prestados pela empresa, com quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.(arquivado)

Procedeu-se à notificação do responsável pelos demonstrativos – Sr. Ângelo Augusto Perugini, Prefeito Municipal – através do DOE de 23/05/2018 (evento 137), o qual também foi notificado pessoalmente, por ocasião da inspeção local, para acompanhar a movimentação processual por meio de despachos e decisões publicadas na Imprensa Oficial (evento 133.2).

A Municipalidade de Hortolândia acostou documentação nos eventos 159.1 a 159.15, justificando que a Administração orientou seus setores para aprimoramento das técnicas de planejamento governamental e realização das audiências públicas previstas na legislação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Disse que a nomeação de pessoal para cargos comissionados se alinha aos objetivos constitucionais de oportunizar ao Chefe do Executivo a formação de uma equipe comprometida com o projeto de governo e diretrizes políticas, prestando auxílio e assistência aos agentes públicos mais graduados para a tomada de decisões estratégicas.

Trouxe, nesse sentido, elementos doutrinários sobre o requisito da confiança e sintonia desses servidores com as autoridades municipais, inexistindo qualquer objetivo em burlar a regra do concurso público. Aclarou que as atribuições desses cargos foram fixadas por meio da Lei Municipal nº 3320/2017, que efetuou reorganização da estrutura administrativa e alinhou todos os cargos aos requisitos da Carta da República.

Apresentou seus esclarecimentos e ações corretivas frente às impropriedades apuradas no setor do Ensino e asseverou que a Administração se manteve comprometida com o atendimento aos requisitos da Responsabilidade Fiscal, propiciando a redução dos gastos laborais ao longo do período.

Aduziu que os recursos alocados em banco não oficial se referem a valores transitórios para pagamento de salários, prontamente recolhidos às contas titularizadas junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, saneando-se a irregularidade. Igualmente, aclarou que a retenção dos valores devidos à empresa SPX Serviços de Imagem se deve à rescisão unilateral do contrato motivada pelo descumprimento da avença, liberando-se as notas fiscais remanescentes após a conferência de toda a documentação probatória apresentada pela empresa.

Sustentou que o Serviço de Ouvidoria foi devidamente estruturado e se encontra em funcionamento presencial e através da página eletrônica da Prefeitura, conforme regramento do Decreto Municipal nº 3740/2017. Salientou, também, que os planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foram normatizados na legislação local, estando em curso as medidas de contenção para a escassez de água, de ampliação dos pontos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



coleta seletiva e de racionalização dos recursos naturais nos estabelecimentos públicos.

Comunicou que as estratégias de mobilidade estão em fase de reavaliação e prestou esclarecimentos sobre as falhas aventadas na área da Saúde, rogando que sejam ponderadas as ações positivas executadas no exercício para a emissão de parecer favorável.

O responsável pelas contas também aportou suas considerações, mediante arrazoado do evento 172, defendendo que os bons resultados atingidos nos principais indicadores que regem a matéria autorizam a emissão de parecer favorável sobre as contas.

Discorreu, adicionalmente, sobre a situação dos cargos comissionados, noticiando a realização de reforma administrativa durante o exercício de 2017 e o vínculo de confiança que marca tais postos, todos alinhados às diretrizes constitucionais.

Assessoria Técnica considerou que restaram atendidos os principais vetores que orientam a análise das contas, opinando pela emissão de parecer favorável, mas com recomendações para a regularização das falhas apuradas, em especial aquelas afetas ao Quadro de Pessoal e aos índices de desempenho desfavoráveis apurados pelo IEGM (evento 180.1), posição secundada pela i. Chefia (evento 180.2).

Ministério Público de Contas teceu críticas a respeito das fragilidades apuradas nos setores de Ensino, Saúde e Pessoal, mormente pelo constatado déficit de vagas em creches na rede própria da Municipalidade, realização de investimentos em outros níveis em ensino, deficiências no atendimento às metas do Plano Nacional de Educação e às diretrizes do Programa de Saúde da Família e existência de cargos comissionados divorciados da dicção constitucional. Manifesta-se pela emissão de parecer favorável, mas com recomendações e expedição de ofício ao Ministério Público Estadual face eventual inconstitucionalidade dos cargos de livre provimento (evento 185).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Registro a situação das últimas contas apreciadas nesta e. Corte:

Exercício	Processo	Parecer
2016	4179.989.16-5	Favorável com recomendações – DOE de 23/02/2018
2015	2700/026/15	Favorável com recomendações – DOE de 08/03/2017
2014	608/026/14	Favorável com recomendações – DOE de 10/01/2018

Os autos constaram dos trabalhos da Primeira Câmara, na sessão de 12/03/2019, ocasião em que foram retirados de pauta, com reinclusão automática.

É o relatório.

GCCCM/15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



GCCCM

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE 19/03/2019

ITEM 055

Processo: TC-006657.989.16-6

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Responsável: Ângelo Augusto Perugini – Prefeito Municipal

Período: 01/01 a 31/12/2017

Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2017

Advogados: Thatyana Aparecida Fantini (OAB/SP 183.763), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP 262.845), Gisele Beck Róssi (OAB/SP 207.545), Viviana Regina Coltro Demartini (OAB/SP 114.769), Denis André José Crupe (OAB/SP 149.357), Luiz Antonio de Almeida Alvarenga (OAB/SP 147.770) e outros

Aplicação total no ensino	25,93% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	74,36% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100% (95,35% no exercício e parcela diferida no 1º trimestre seguinte)
Investimento total na saúde	29,87% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Gastos com pessoal	49,30%
Encargos sociais	Adesão ao Refis Especial (INSS e RPPS) – Relevado
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios	Em ordem
Resultado da execução orçamentária	Superávit de 1,07% - R\$ 6.913.664,44
Resultado financeiro	Positivo em R\$ 53.913.111,25

	2016	2017	Resultado
i-EGM	B	B	
i-Educ	B+	C+	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	B+	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	C	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B+	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	B	B+	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	B+	A	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	B	B	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Porte Grande
Região Administrativa de Campinas
Quantidade de habitantes: 222.186

Preliminarmente, informo que foram entregues memoriais em meu Gabinete, os quais foram devidamente sopesados para a emissão do presente voto.

I – A Administração de **HORTOLÂNDIA** demonstrou ter dado atendimento regular aos principais vetores contábeis e legais que orientam a análise das contas, durante o exercício de 2017.

a) A aplicação de recursos no ensino geral atingiu 25,93% das receitas e transferências de impostos, cumprindo-se os termos do artigo 212 da CF/88. Atestou a fiscalização, ainda, que foram destinados 74,36% dos recursos do FUNDEB à valorização do magistério, revelando a observância ao art. 60, XII do ADCT da CF/88, e que a totalidade dos recursos recebidos foi aplicada no prazo legal.

b) Também foi superado o mínimo de aplicação de recursos na Saúde, com investimentos de 29,87% da receita e transferências de impostos.

c) O exercício foi encerrado com **superávit** da execução orçamentária, em montante de R\$ 6.913.664,44 (1,07% das Receitas Realizadas), quadro que favoreceu o crescimento do resultado financeiro positivo vindo do ano anterior.

Ao final do período, a Prefeitura ostentava superávit financeiro de R\$ 53.913.111,25, com consequente liquidez frente aos seus compromissos de curto prazo. A Dívida Fundada, por sua feita, foi reduzida em 2,36% e respeitou o limite fixado pela Resolução Senatorial (120% da RCL).

De outro norte, a responsabilidade da gestão fiscal pressupõe o efetivo esforço da Administração em instituir e arrecadar as receitas públicas sob sua competência. Nesse sentido, caberá ao Município aprimorar seu



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



desempenho no *i-Fiscal* e promover a atualização periódica da Planta Genérica de Valores.

d) Submetida ao Regime Especial para o pagamento de Precatórios, a Prefeitura depositou junto ao Tribunal de Justiça quantia suficiente para adimplir a parcela do exercício, honrando, ademais, as Obrigações de Baixa Monta.

e) Foi atestada a regularidade formal dos recolhimentos de Encargos Sociais devidos ao INSS, PASEP, FGTS e RPPS, inclusive no que tange às obrigações em regime de parcelamento.

Verificou-se, sobre esse tema, que a Municipalidade aderiu aos termos da Medida Provisória nº 783/2017, para a quitação de débitos de anos anteriores perante o INSS, bem como da Portaria nº 333/2017, para equacionar diferenças de alíquota de contribuição patronal incidentes no período e reparcelar acordos assumidos em anos anteriores.

Não obstante meu posicionamento pessoal sobre o tema, a jurisprudência firmada pelo e. Plenário considera que a adesão aos termos do Refis Especial inaugurado por sobreditas normas possui força para sanear a impropriedade nos recolhimentos a menor de encargos sociais.

Nesses termos, e considerando que os acordos com o RPPS foram firmados no curso do próprio exercício, a falha poderá ser afastada, sem prejuízo de acompanhamento de sua quitação nas futuras inspeções.

f) A transferência financeira à Câmara Municipal observou a limitação disposta no artigo 29-A da Carta da República.

g) Foram observados os limites e condições impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive no que tange à Despesa de Pessoal, que correspondia a 49,30% da RCL no final do exercício, aderente ao limite estatuído pela alínea *b* do inciso III do art. 20 da LRF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



12
533179
Rov

h) Subsídios dos Agentes Políticos foram processados em conformidade com os valores fixados na legislação local, não se apurando pagamentos em excesso nem a incidência de revisão no período.

II – Diante da implantação do IEGM, da realização de Fiscalizações Operacionais e Ordenadas e de outros indicadores sociais existentes, é possível ser feita análise operacional sobre os atos praticados pela Administração no período, transcendendo a aferição de legalidade, de modo que possam ser realizadas análises a respeito dos resultados obtidos na condução da execução orçamentária e financeira.

a) No que diz respeito à qualidade dos gastos, considerando as informações prestadas a esta e. Corte para a formulação do IEGM – Índice de Eficiência da Gestão Municipal, pelo qual é possível confrontar a adequação dos investimentos públicos à resposta esperada pela sociedade – qual seja, em favor de suas necessidades primárias – destaca-se que o Município obteve o índice B, conservando a marca do ano anterior.

A despeito disso, o Baixo Nível de Adequação (Nota C) atribuído ao *i-Planejamento*, indicador afeto à fixação e ao atingimento de programas e metas na Administração Pública, nos dois últimos exercícios, está a indicar falhas que comprometem a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Sob tal perspectiva, as respostas fornecidas pela Origem indicam que não são preparados relatórios para avaliar a aderência dos serviços públicos ofertados à população com as reais demandas da sociedade e que as audiências públicas são realizadas em horário inconveniente à ampla participação dos munícipes, não se divulgando, depois, as atas dos encontros realizados na internet.

Recomenda-se, assim, que a Prefeitura aprimore suas técnicas de planejamento governamental, dando espaço às contribuições da população e concretude ao princípio da eficiência previsto na Carta da República.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



b) Quanto à educação, há de se destacar que, diante das respostas apresentadas ao IEGM, expresso no quesito *i-Educ*, o índice atribuído foi considerado "C+", regredindo duas posições relativamente ao ano anterior.

Esse índice procura traduzir, não obstante as respostas apresentadas pelo Município aos diversos quesitos formulados, coerência com a verificação de aplicação dos mínimos constitucionais da educação.

Do ponto de vista quantitativo, verifica-se que o Município de Hortolândia ostentava, no exercício em exame, 24.789 alunos vinculados a sua rede de ensino, investindo **R\$ 7.798,15** por estudante, crescimento de 4,98% em relação ao ano anterior (Investimento em 2016 = R\$ 7.428,28). Isso representa um investimento 15,66% menor do que a média apurada nos Municípios Paulistas jurisdicionados desta Corte (R\$ 9.246,78)¹.

Qualitativamente, a análise sobre as informações disponibilizadas pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica² demonstra que foram atingidas as metas pactuadas para os primeiros anos do ensino básico, considerando o último exercício avaliado.

Município	IDEB Observado					Metas Projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Hortolândia	5.4	5.6	5.9	6.5	6.9	5.0	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4
4ª série/5º ano	5.4	5.6	5.9	6.5	6.9	5.0	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4

A tabela acima demonstra que a Municipalidade não apenas superou, em 0,7 pontos, a nota projetada para o IDEB como aumentou em 0,4 o desempenho do seu alunado entre as duas últimas avaliações.

No sentido oposto, a nota obtida nos anos finais (8ª série/9º ano) ficou aquém do horizonte proposto (Resultado: 5,2 / Meta Projetada: 5,4).

Sob tal viés, embora a Prefeitura tenha formalmente atingido a aplicação mínima prevista no art. 212 da CF/88, a nota C+ obtida no *i-Educ* indica a necessidade de revisões e aperfeiçoamento da ação governamental

¹ Dados obtidos no Relatório Smart gerado pelo Sistema AUDESP.

² <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



nesse setor, especialmente em face das ocorrências lançadas no relatório de inspeção.

É assim porque a localidade não ofereceu quantidade suficiente de vagas em período integral, contrariou as recomendações do Conselho Nacional de Educação ao alocar mais do que 24 alunos por turma, ostentava escolas irregulares em face do AVCB, não observou o Piso Nacional de Remuneração do Magistério, deixando, ainda, de adotar específico Plano de Carreira para seus docentes.

Gravoso e reiterado é o quadro de déficit de vagas no ensino infantil, o qual, na contramão das recomendações desta Casa, tem paulatinamente aumentado nos últimos anos. Veja-se, nesse sentido, que tal deficiência cresceu de 1000 postos em 2015³ para 2000 vagas em 2016⁴, chegando, segundo relatado, a 2270 crianças no presente exercício. Tudo isso, em afronta direta aos objetivos do Plano Nacional de Educação e à garantia prevista no inciso IV do art. 208 da Carta da República.

Dados coletados por ocasião da **6ª Fiscalização Ordenada** (evento 63) constataram que as obras para construção de nova creche no bairro do Jardim Novo Ângulo estavam paralisadas, comprometendo, assim, o atendimento público da demanda de vagas no ensino infantil.

Também na **5ª e 9ª Fiscalizações Ordenadas** (eventos 50 e 99, respectivamente) constataram-se falhas no Programa de Alimentação Escolar (merenda), incluindo impropriedades na conservação e preparo das refeições, e na execução do Transporte Escolar, com pneus em más condições, veículos não inspecionados pelo CIRETRAN e existência de motoristas sem curso especial de transporte de alunos.

Tais ocorrências militam contra o pleno desenvolvimento das metas projetadas pelo Plano Nacional de Educação:

³ Conforme voto do TC-2700/026/15

⁴ Voto do TC-4179.989.16-5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Tudo isso enseja a revisão das políticas públicas afetas ao ensino e devem ser levadas em consideração no planejamento estratégico voltado ao setor, primando-se pela garantia de qualidade do serviço prevista no inciso VII do art. 206 da Lei Maior e frisando-se que as adequações sublinhadas pelo responsável em seus memoriais serão apuradas em futuras fiscalizações.

c) Na saúde, através do *i-Saúde*, o índice IEGM alcançado foi “B+”, subindo uma posição em face ao ano anterior.

Com uma população de 222.186 habitantes, o Município investiu R\$ 839,40 *per capita* em políticas relacionadas à saúde, o que representa um acréscimo de 6,63% em face do exercício anterior (2016 = R\$ 787,22) e um gasto compatível com o verificado no conjunto dos Municípios jurisdicionados (R\$ 845,46 por habitante)⁵.

Não obstante, a localidade não possui número suficiente de equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, não informatizou completamente a gestão de estoque de seus insumos, não regularizou o AVCB e o alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária em todas as UBSs, não

⁵ Relatório Smart - AUDESP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



estabeleceu controle de ponto dos médicos e apresentou deficiências na gestão do programa de combate ao mosquito da dengue.

As informações obtidas na 1ª e 4ª Fiscalizações Ordenadas detectaram tempo elevado de atendimento e fragilidade de controle de ponto na UPA Jardim Amanda e ausência de relatório de itens zerados no almoxarifado da Saúde.

Todo esse descompasso demanda a atuação pró-ativa do gestor na correção das impropriedades anotadas, majorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos no âmbito do SUS e garantindo o cumprimento da carga horária por parte do corpo clínico da saúde.

d) Em que pese a nota obtida pela localidade no *i-Amb* (Índice B+), apurou-se que não existe um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de escassez, que parte dos recursos humanos do setor não possui formação especializada para tratar com os assuntos afetos ao meio ambiente, que o alcance da coleta seletiva em domicílios é limitado e que não foram adotadas estratégias de estímulo ao uso racional de recursos nos órgãos e entidades da Prefeitura, o que enseja pronta revisão.

e) Com vistas a aperfeiçoar o desempenho do *i-Gov-TI*, caberá à Prefeitura disponibilizar, periodicamente, capacitação e atualização para seu pessoal de TI, elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e estabelecer normas regulatórias de Acesso à Informação, conforme previsto na Lei Federal nº 12.527/2011.

III – Há um grupo de apontamentos que também indicam a necessidade de recomendar-se à Administração para que proceda a correção imediata, o que deverá ser avaliado em próxima inspeção.

A inteligência dos incisos II e V do art. 37 da Constituição Federal estabelece como regra para a contratação de pessoal na Administração a via do concurso público para o provimento dos cargos em caráter efetivo,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



reservando as nomeações comissionadas aos estritos casos de direção, chefia e assessoramento.

Nessa esteira, não socorre o responsável a alegação de que os cargos de livre provimento da Municipalidade estavam marcados pela necessidade de confiança e sintonia com a autoridade, já que tais elementos, isoladamente, não preenchem as exigências materiais fixadas pela Constituição Federal.

Em sede de memoriais, a Prefeitura noticiou a edição da Lei Municipal nº 3.599/2019, destinada a promover reorganização administrativa do Órgão e a extinguir 161 cargos de provimento em comissão de Assessor Nível Básico I, Assessor Nível Básico II e Assessor Nível Básico III.

Por outro lado, observa-se que o mesmo diploma criou outros 147 cargos de livre provimento, alguns dos quais continuam a estabelecer, como requisito de escolaridade, apenas a formação de nível médio ou fundamental.

Desse modo, penso ainda cabível recomendação ao Executivo para que os cargos em comissão sejam limitados às hipóteses taxativas da Lei Maior, definindo-se as atribuições dos cargos e o nível de escolaridade adequado para seu provimento, de acordo com as diretrizes traçadas no Comunicado SDG nº 32/2015⁶, medidas que serão verificadas nos futuros roteiros de inspeção.

Deverá o responsável observar o disposto no § 3º do art. 164 da CF/88, mantendo as disponibilidades de caixa em bancos oficiais, e atentar para o alerta emitido por este Tribunal, através do Comunicado SDG nº 06/2017, sobre a edição de decretos de calamidade financeira⁷, os quais não encontram respaldo na legislação norteadora de direito financeiro e não

⁶ Comunicado SDG nº 32/2015 – DOE de 26/08/2015

8. As leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.

⁷ Comunicado SDG nº 06/2017 – DOE de 23/02/2017

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ALERTA sobre os riscos assumidos por Prefeituras Municipais quando da edição de decretos, sob o argumento de calamidade financeira, para suspender temporariamente pagamentos de despesas do exercício de 2016 e anteriores.

A utilização desses instrumentos não encontra amparo no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal e viola inúmeras regras do direito financeiro dentre outras, a quitação de Restos a Pagar e a ordem cronológica de pagamentos, o que poderá trazer implicações no exame de contas anuais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



15
533 19
Ryu

autorizam o descumprimento dos índices e cautelas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A inobservância da cronologia das exigibilidades em relação à empresa SPX Diagnósticos por Imagem poderá ser excepcionalmente tolerado no caso concreto, já que decorrente da rescisão unilateral do ajuste por descumprimento da avença e tendo em mira que as notas fiscais pendentes já foram liquidadas, sem prejuízo de recomendar à Administração que observe o comando do art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

Já as ocorrências anotadas na contratação emergencial da Associação Paulista de Gestão Pública para gerenciamento da saúde no Município serão enfrentadas quando da análise do processo TC-013257.989.18-6, sob relatoria do Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, autuado para tal finalidade.

Alerto a Prefeitura, por fim, quanto à necessária observância às recomendações pretéritas desta Casa, lembrando que o descumprimento sistemático das determinações poderá inquinar os futuros demonstrativos.

Assim, diante do verificado nos autos, acompanho as manifestações de ATJ, sua Chefia e MPC e voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de **HORTOLÂNDIA, exercício de 2017**, executando aqueles atos, porventura, pendentes de julgamento neste e. Tribunal.

Defermino, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com **recomendações** para que:

- Aprimore o desempenho do *i-Fiscal*, promovendo a atualização periódica da Planta Genérica de Valores;
- Recolha tempestivamente os Encargos Sociais, mantendo em dia os acordos assumidos;
- Majore os resultados gerais da gestão e as técnicas de planejamento governamental, ampliando os canais de participação popular;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Corrija as desconformidades anotadas no *i-Educ* e nas fiscalizações ordenadas do setor do ensino, orientando-se pelo atingimento das metas do Plano Nacional de Educação;
- Equacione o déficit de vagas da educação infantil;
- Saneie as impropriedades apontadas pelo *i-Saúde*, *i-Amb* e *i-Gov-TI*;
- Restrinja os cargos em comissão às hipóteses de direção, chefia e assessoramento, orientando-se pelas balizas traçadas no Comunicado SDG nº 32/2015;
- Mantenha as disponibilidades de caixa em bancos oficiais;
- Observe o alerta deste Tribunal sobre a edição de decretos de calamidade financeira (Comunicado SDG nº 06/2017);
- Cumpra com a cronologia das exigibilidades;
- Observe as recomendações pretéritas desta Casa.

Considerando a existência de cargos comissionados potencialmente inconstitucionais na estrutura de pessoal do Executivo hortolandense e, ainda, a persistência de déficit de vagas no ensino infantil, determino o encaminhamento de cópias do relatório e voto ao Ministério Público Estadual, para eventuais providências sob sua alçada.

Os expedientes que subsidiaram a análise das contas deverão permanecer arquivados, já que exauridas as matérias ali abordadas.

A fiscalização acompanhará o cumprimento das recomendações e determinações aqui expedidas em suas inspeções futuras.

Transitada em julgado a decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, **arquivem-se os autos.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES



PARECER

TC-006657/989/16

Prefeitura Municipal: Hortolândia.

Exercício: 2017.

Prefeito(s): Angelo Augusto Perugini.

Advogado(s): Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Viviana Regina Coltro Demartini (OAB/SP nº 114.769), Thatyana Aparecida Fantini (OAB/SP nº 183.763), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845), Paulo Cesar Mazieri (OAB/SP nº 106.532), Gisele Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545), Maria Isabel de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 130.609), José Humberto Zanotti (OAB/SP nº 69.199), Luiz Antonio de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 147.770), Fabio Biazzi (OAB/SP nº 135.651), André Santana Navarro (OAB/SP nº 300.043), Paulo Geovanio Lima Freitas (OAB/SP nº 377.084), Fabiana Vilhena Moraes Saldanha (OAB/SP nº 147.247), Ricardo Chaves Palombini (OAB/SP nº 255.029), Ana Carolina de Oliveira Lage (OAB/SP nº 309.989), Regia Cristina Martins Duarte (OAB/SP nº 358.461) e outros.

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Aplicação total no ensino: 25,93%. Investimento no magistério – verba do FUNDEB: 74,36%. Total de despesas com FUNDEB: 100%; Investimento total na saúde: 29,87%; Gastos com pessoal: 49,30%; Resultado da execução orçamentária: Superávit 1,07%; Resultado financeiro: Positivo.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

A E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessão de 19 de março de 2019, pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente em exercício e Relatora, bem como, do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitiu



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES



parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Hortolândia, exercício de 2017, excetuando os atos pendentes de julgamento neste E. Tribunal.

Determinou, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com as recomendações, constantes do voto, juntado aos autos.

Considerando a existência de cargos comissionados potencialmente inconstitucionais na estrutura de pessoal do Executivo hortolandense e a persistência de déficit de vagas no ensino infantil, determinou o encaminhamento de cópias do relatório e voto ao Ministério Público Estadual, para eventuais providências sob sua alçada.

Os expedientes que subsidiaram a análise das contas deverão permanecer arquivados, já que exauridas as matérias ali abordadas.

A Fiscalização, em suas inspeções futuras, acompanhará o cumprimento das recomendações e determinações expedidas.

Determinou, transitada em julgado a decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e, verificada a inexistência de novos documentos, o arquivamento dos autos.

Em se tratando de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, o relatório e voto, bem como, os demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Presente a Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres, DD.
Representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se.

São Paulo, 2 de abril de 2019.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES – Presidente

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - Relatora